



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE
ANO 2022

Belém/PA

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Fabíola Urbinati Maroja Pinheiro – Coordenadora
Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior
Carlos Augusto Jatene
Evelise de Oliveira Rodrigues
Grace Ramos Cardoso Leão
Kelly Regina Lima de Lima
Kleoson Bruno Correa dos Santos
Lucas Danin de Figueiredo
Maurício Crispino Gomes

Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão (NPAI)

Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Introdução

A promoção da acessibilidade requer o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas sistemáticas e articuladas, capazes de abranger diferentes áreas, de modo a assegurar condições mais elevadas de autonomia e dignidade às pessoas, tendo em conta suas diferentes características físicas, psíquicas e sociais.

Diante de tal constatação, o Poder Judiciário do Estado do Pará vem organizando suas iniciativas deste campo nas seguintes áreas: Gestão das ações de acessibilidade, acessibilidade física, gestão de pessoas, acesso à informação e difusão de direitos, as quais serão detalhadas neste documento.

As áreas acima estão articuladas aos indicadores estabelecidos na Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); sem, contudo, restringir-se aos mesmos, de modo a explicitar as iniciativas relevantes e seus impactos. A aferição, na íntegra, de tais indicadores referente ao ano de 2022, constitui o item 7 do presente relatório.

1. Gestão das ações de acessibilidade

2.1. Funcionamento da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Objetivo: conhecer e deliberar acerca de matérias relativas à sua área de atuação.

Desenvolvimento: realizou-se a reorganização dos trabalhos da comissão, incluindo a designação de nova coordenadora, de tal forma que o colegiado voltou a reunir-se sistematicamente, de acordo com o calendário aprovado; foram realizadas 07 reuniões ordinárias em 2022, cujas atas e pautas estão disponíveis em <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Comissao-Permanente-de-Acessibilidade-e-Inclusao/419264-pautas-das-reunioes.xhtml>

2.2. Elaboração do plano de acessibilidade do Poder Judiciário Estadual

Objetivo: definir prioridades e procedimentos relativos à matéria.

Desenvolvimento: o plano será elaborado entre agosto e dezembro de 2023

2.3 Reestruturação do NPAI

Objetivo: fortalecer o Núcleo, dotando-o de condições para o cumprimento adequado de sua missão institucional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Desenvolvimento: foi elaborada minuta de portaria, a qual se encontra em tramitação.

3. Acessibilidade física

3.1 Oficialização da demanda por cadeira de rodas

Objetivo: atender a locomoção de magistrados, servidores e usuários dos serviços judiciários.

Desenvolvimento: foi realizado levantamento quanto ao tema, por parte da CPAI, o qual resultou na formalização de processo de compra de tais equipamentos.

3.2 Obra de adequação para acessibilidade no imóvel do Fórum Criminal – VEPMA, no valor total de R\$ 361.959,65

Objetivo: Prover condições adequadas de acessibilidade para a unidade da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas.

Desenvolvimento: Dentre as intervenções realizadas, destacam-se a construção de rampa de acesso ao imóvel, instalação de corrimão de duas alturas na escada existente, construção de sanitário acessível e a instalação de plataforma de transporte vertical.

A seguir imagens ilustrativas:

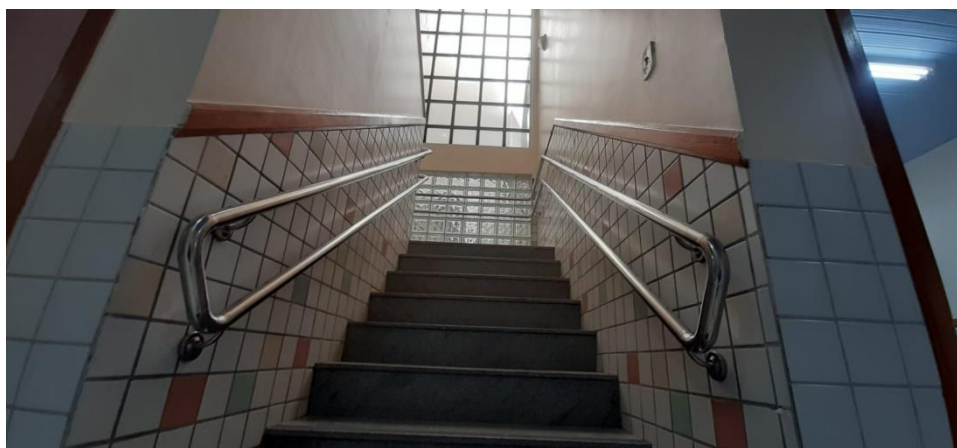


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Rampa de Acesso

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



Corrimão de duas alturas na escada existente

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Sanitário Acessível

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



Plataforma de transporte vertical

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA

3.3 Realização de intervenções pontuais em diversos imóveis do Poder Judiciário do Pará

Objetivo: Realizar adequações pontuais voltadas a acessibilidade em diversos imóveis do Poder Judiciário do Pará.

Desenvolvimento: As diversas intervenções realizadas incluem a construção e adequação de rampas, circulações, portas, balcões de atendimento, sanitários acessíveis, recuperação e adequação de calçadas públicas e pavimentos em geral, etc.

3.4 Instalação de plataformas de transporte vertical



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Objetivo: Instalação de novas plataformas e substituição de plataformas de transporte vertical existentes em diversos imóveis do Poder Judiciário do Pará.

Desenvolvimento: A instalação de plataforma de transporte vertical atende a imóveis novos, imóveis com mais de um pavimento e que não apresentam equipamento de circulação vertical mecânica (elevador ou plataforma), além de imóveis que apresentam plataforma com necessidade de substituição.

Segue a relação dos locais atendidos com fotos ilustrativas:



Anexo I do Prédio Sede (Prédio da Corregedoria)
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Fórum de Baião
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



VEPMA (Vara de Execução das Penas e Medidas Alternativas)
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Fórum de Bragança
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Fórum de Nova Timboteua
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Casa Amarela II
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Fórum Criminal (substituição da plataforma existente)
Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJ/PA

4. Gestão de pessoas

4.1 Reuniões com a Coordenadoria de Saúde

Objetivo: encaminhar as demandas surgidas da pesquisa quanto a realidade das pessoas com deficiência no âmbito do TJPA.

Desenvolvimento: as atividades resultaram na proposição, por parte do NPAI, da criação do Grupo de Trabalho Destinado ao Estabelecimento de Política de Promoção dos Direitos dos Magistrados, Servidores, Profissionais Terceirizados e Estagiários com Deficiência.

4.2 Criação de Grupo de Trabalho

Objetivo: estabelecer políticas de promoção dos direitos dos Magistrados, Servidores, Profissionais Terceirizados e Estagiários com Deficiência, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Desenvolvimento: o grupo foi criado através da portaria nº 3420/2022-GP, publicada no DJE Edição 7459/2022 de 21/09/2022.

5. Acesso à informação

5.1 Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Objetivo: permitir o acesso das pessoas surdas à comunicação com pessoas ouvintes em tempo real.

Desenvolvimento: foram interpretadas as seções do Tribunal Pleno e outros eventos, de acordo com a abrangência dos mesmos e suas demais características, mediante contratação especificamente destinada a este fim.

Abaixo link demonstrativo:

<https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand//>

5.2 Utilização de legendas e audiodescrição nos vídeos institucionais

Objetivo: permitir às pessoas com deficiência auditiva e visual melhores condições de acesso à informação.

Desenvolvimento: disponibilização de vídeos institucionais sobre diversos assuntos de interesse público, todos com legendas e audiodescrição no sítio do Youtube, conforme ilustra o link a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLurooW9bMbkOauAyX8yBVKdG6ROSxpvBr>

5.3 Veiculação das matérias jornalísticas em áudio

Objetivo: permitir às pessoas com deficiência visual melhores condições de acesso à informação.

Desenvolvimento: em 2022, 571 matérias jornalísticas com textos sonoros foram divulgadas. Abaixo segue link ilustrativo:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLurooW9bMbkNcGZxFJDSXte8MWMnpNhHR>

5.4 Adoção de protocolos de acessibilidade nas diferentes plataformas digitais

Objetivo: permitir melhores condições de acesso a pessoas com deficiência

Desenvolvimento: foram disponibilizados recursos como: alto contraste, imagens com títulos para leitores de tela, responsividade do Portal institucional em se adaptar para dispositivos móveis, criação de página da acessibilidade sobre orientações e indicações de ferramentas de apoio.

O link a seguir demonstra as ações realizadas:

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acessibilidade/434261-acessibilidade.xhtml>

5.5 Visitas acessíveis ao Museu do Judiciário

Objetivo: garantir o acesso das pessoas com deficiência a atividades museológicas realizadas pelo TJPA.

Desenvolvimento: grupos formados por pessoas com deficiência, têm a oportunidade de conhecer as dependências e o histórico do Judiciário paraense, por meio de ferramentas de acessibilidade disponíveis no local, tais como: QR-Code, intérpretes de libras, audiodescrição, rampas, elevadores /plataforma.

A seguir rol de links referentes a matérias jornalísticas publicadas e fotos ilustrativas:

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1422171-visita-promove-acessibilidade-a-pessoas-com-deficiencia.xhtml>

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1420156-primavera-dos-museus.xhtml>

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1417153-historia-independencia-e-acessibilidade-tem-enfoque-sob-a-otica-da-numismatica.xhtml>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Visita de alunos e alunas cegos (as) e surdos (as) e com deficiências múltiplas
Fonte: Departamento de Documentação e Informação do TJ/PA



A visita teve acompanhamento de intérprete de Libras
Fonte: Departamento de Documentação e Informação do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



Alunos e alunas da Unidade de Ensino Especializado Professor Astério de Campos visitaram a exposição
Fonte: Mauro Ângelo. Jornal Diário do Pará



Servidor Rodolfo Marques, do Museu do Judiciário, fala a estudantes sobre símbolos e aspectos históricos do TJ/PA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Fonte: Departamento de Documentação e Informação do TJ/PA

6. Difusão de direitos

6.1 Veiculação de materiais informativos nas mídias sociais (Instagram, Twitter, Youtube e Facebook) relativos à construção de uma cultura inclusiva.

Objetivo: difundir os direitos da pessoa com deficiência.

Desenvolvimento: foram veiculadas 50 publicações no Instagram, Twitter, Youtube e Facebook, abrangendo cards e vídeos que difundem os direitos relativos à pessoa com deficiência, a saber: definição de pessoa com deficiência, atendimento prioritário, dever de comunicação em casos de violação de direitos, igualdade e não discriminação, direito à vida da pessoa com deficiência, direito à dignidade, à saúde, à moradia, além de datas alusivas a pessoa com deficiência.

Abaixo seguem alguns links e postagens confirmativas dessas ações:

Instagram	Youtube
Definição: https://www.instagram.com/p/CID0lTHNnB2/	Direito à moradia: https://www.youtube.com/watch?v=icwhFENyLIs
Atendimento Prioritário: https://www.instagram.com/p/Cmv9hTHsruH/	Direito à educação: https://www.youtube.com/watch?v=TjC1TACICGc
Dever de comunicação em casos de violação: https://www.instagram.com/p/Cmd79B2tluN/	Direito à saúde: https://www.youtube.com/watch?v=Y5xJrdxMwSo
Igualdade e não discriminação: https://www.instagram.com/p/Ci5_sceNqtC/	Direito à vida da Pessoa com Deficiência: https://www.youtube.com/watch?v=L3TtF-r0Hec
Direito à vida da pessoa com deficiência: https://www.instagram.com/p/Ckx5cIOtkW1/	Igualdade e não Discriminação: https://www.youtube.com/watch?v=UYjP_tSzurY
Direito à dignidade da pessoa com deficiência: https://www.instagram.com/p/CkfxAUpt2kS/	
Direito à saúde: https://www.instagram.com/p/CjpsTrNMYDp/	
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro): https://www.instagram.com/p/CltHuxJNHj6/	





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro): https://www.instagram.com/p/CixQqR8N3p5/	
7 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (6 de julho): https://www.instagram.com/p/CixQqR8N3p5/	

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DIREITO À SAÚDE

Considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico, nos termos do que preleciona o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).



Parágrafo único do art. 26 da Lei nº 13.146 de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Publicação no Instagram do TJ/PA
Fonte: Departamento de Comunicação do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A garantia de dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a sua vida é competência do poder público.

Art. 10 da Lei nº 13.146 de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Publicação no Twitter do TJ/PA
Fonte: Departamento de Comunicação do TJ/PA

3 DE DEZEMBRO

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Publicação no Facebook TJ/PA
Fonte: Departamento de Comunicação do TJ/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

6.2 Curso: “A Pessoa com Deficiência na Sociedade: Entre a Exclusão e a Luta por Direitos”

Objetivo: formar, continuamente, o público interno do TJPA, no que tange aos direitos e características das pessoas com deficiência.

Desenvolvimento: curso ministrado para 13 participantes compostos por servidores e servidoras e uma magistrada. Carga horária: 30 horas/aula. Palestrante: Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior. Período: 13 de setembro a 03 de outubro de 2022.

6.3 Curso: “16ª Primavera de Museus - “História, independência e acessibilidade: o bicentenário sob a ótica da numismática e da acessibilidade”

Objetivo: formação continuada para servidores e servidoras.

Desenvolvimento: curso ministrado para 29 participantes, na modalidade presencial, público composto por servidores e servidoras e público externo. Na modalidade remota houve 4 participantes. Carga horária: 05 horas/aula. Palestrantes: Claudemiro Avelino de Souza e Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Junior. Mediador: Rodolfo Silva Marques. Data da realização: 19 de setembro de 2022.

7. Considerações Finais

As ações iniciadas no ano de 2022 abriram caminho para maior institucionalização das iniciativas voltadas a promoção da acessibilidade e inclusão no âmbito do Poder Judiciário Estadual, fato que é condição indispensável para obtenção de avanços significativos e duradouros quanto ao tema.

Para 2023 faz-se necessário o aprofundamento e conclusão do processo de elaboração do Plano de Acessibilidade do Poder Judiciário do Estado, o qual deve abranger as cinco áreas expressas neste relatório. Uma vez assentadas tais bases, parece oportuno dedicar maior atenção a promoção de outras medidas capazes de contribuir para ampliação do acesso à justiça por parte deste segmento, o que depende de importante articulação interinstitucional.

O que foi planejado e executado parte do pressuposto de que esta causa requer um esforço hercúleo para reverter o histórico quadro de exclusão experimentado pelas pessoas com deficiência. Esforço este que deve ser conduzido de modo a potencializar os sempre insuficientes recursos disponíveis, frente ao desafio de tornar o Poder Judiciário mais acessível, como parte do objetivo maior que é de assegurar a dignidade e autonomia das pessoas com deficiência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

ANEXO I

Resumo dos Indicadores da Resolução nº401/2021, CNJ, Ano Base 2022

TEMA	INDICADOR	ANO 2022
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de magistrados(as) com deficiência	2
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de servidores(as) com deficiência	100
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	11
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	4
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de estagiários(as) com deficiência	5
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	6
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	1
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de juizes(as) leigos(as) com deficiência	0
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	0
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de voluntários(as) com deficiência	0
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade de aprendizes com deficiência	0
2. ACESSIBILIDADE	Proporção de	RESPOSTA AUTOMÁTICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

EM SERVIÇOS	servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	6
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	39
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	3
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	370
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base	0
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	1
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	0,0206



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade total de gestores(as) no órgão	729
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	15
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência	0
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital	1
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	0
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	60
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Ações de promoção da inclusão	8
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

	período-base	
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	2
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	0
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	50
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	571
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência	A Ouvidoria Judiciária disponibiliza as ferramentas VLIBRAS e Alto Contraste, para possibilitar acesso ao site da Ouvidoria, onde são disponibilizadas as diversas formas de contato com o setor.
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais	37,5%
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	27
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância	72
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Utiliza-se as ferramentas Ases e o manual de Acessibilidade do Governo Federal (E-mag)
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de	Programa leitor de tela: NV ACCESS (acessível por meio de link: nvaccess.org);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão

	computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Ferramenta de Alto Contraste: localizado no canto superior direito do Portal Externo do TJPA; Ferramenta de Zoom: (https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acessibilidade/434261-acessibilidade.xhtml); VLibras (acessível por meio do link: www.govbr/governodigital)
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	A software Microsoft teams disponibiliza ferramentas de inclusão e acessibilidade, entre elas: controle de voz; legenda dinâmicas; suporte para leitor de tela; e modo de exibição de linguagem
5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA	A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e nesta Resolução, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 desta Resolução	